

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-SC-AS).**
2 Aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta minutos,
3 por Videoconferência, realizou-se a Segunda Reunião Plenária Ordinária da Comissão
4 Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB-AS-SC) do ano de 2021, a secretária
5 executiva da CIB, Maíra Ribeiro Melo, chamou a composição da mesa virtual os representantes
6 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS/SC): Secretário Estadual de
7 Desenvolvimento Social, Coordenador da CIB, Claudinei Marques. Secretário Adjunto do
8 Desenvolvimento Social Daniel Neto Cândido. Diretora de Assistência Social, Luciane dos
9 Passos, Gerente de Proteção Social Especial de Média Complexidade Caroline Freitas.
10 Representantes do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Santa Catarina -
11 (Coegemas/SC): Presidente do Coegemas Maria Cláudia da Silva, Secretária Municipal de
12 Assistência Social de Biguaçu: Ana Cristina Espíndola, Secretária Municipal de Assistência
13 Social de Joaçaba: Sandra Regina Pinheiro. Representantes do Conselho Estadual de
14 Assistência Social (CEAS): Conselheiras Ludmilla Malta e Lucimara Pavessi. Informa que os
15 questionamentos serão realizados pelo chat e respondidos por tema de acordo com a pauta,
16 que a reunião será gravada para constar nos arquivos da CIB, agradece a Janice pela sala no
17 zoom e pede que mantenham os microfones desligados e se desejarem a palavra se
18 manifestar pelo chat. Passa a palavra para o secretário Claudinei, que cumprimenta os/as
19 participantes, deseja uma boa reunião, agradece a Fecam, Janice e Maria Cláudia, deseja boas
20 vindas aos secretários e técnicos à reunião. Maíra passa a palavra à Secretária Maria Cláudia
21 para suas considerações iniciais. Maria Cláudia deseja boa tarde à todas e todos presentes,
22 deseja uma reunião bastante produtiva e amistosa. Maíra passa a palavra a Luciane dos
23 Passos, Diretora de Assistência Social, que deseja boa tarde a todos e todas e inicia a reunião
24 lendo o Edital de Convocação. **1º. Verificação da presença e da existência de quórum,**
25 **confirmado; 2º. Apresentação, apreciação e aprovação da pauta:** São lidos os pontos de
26 pauta, Luciane pede a inclusão de ponto de pauta na matéria de pactuação a respeito da
27 Resolução do município de Santa Terezinha, que não encaminhou o plano de trabalho até
28 pactuado na primeira reunião de CIB, foi repassado para o Coegemas na terça-feira para que
29 pudessem discutir, e sugere a modificação na ordem dos pontos, trazendo o ponto “Recursos
30 estaduais e cofinanciamento 2021” para primeiro, pois o gerente Ângelo precisará se ausentar
31 para realizar atividades na Gerência. Sra. Maria Cláudia coloca que estão de acordo em trazer
32 o ponto para primeiro, e pontua que compreenderam na reunião do Coegemas que a questão
33 do município de Santa Terezinha se encaixa na pauta de cofinanciamento e não é necessário
34 inclusão de outro ponto. Diz que têm um pedido de inclusão de pauta: Informações e questões
35 relacionadas a GEPLA (Gerencia de Planejamento e avaliação), sobre a construção de
36 equipamentos e sobre os automóveis do SUAS. Luciane concorda em tratar a questão do
37 município de Santa Terezinha no ponto do cofinanciamento; sobre a questão dos automóveis,
38 diz que não pactuaram nada na reunião de alinhamento e não fizeram um convite para que
39 esta gerência estivesse presente, porém o Secretário Claudinei, informou que não pode haver
40 nenhuma alteração nas edificações por período de cinco anos. Maria Cláudia concorda. A
41 pauta foi aprovada. **3. Apreciação e aprovação da ata da reunião anterior.** Luciane, Diretora
42 de Assistência Social informa que as atas das reuniões dos dias 18 (dezoito) de março e 29
43 (vinte e nove) de março foram encaminhadas anteriormente, pergunta se há a aprovação das
44 atas, sem manifestações, e as atas foram aprovadas. **4º. Matéria de Discussão: Recursos**

45 **Estaduais do Cofinanciamento 2021.** Luciane passa a palavra ao Gerente Ângelo, que
46 deseja boa tarde a todos, informa a respeito do cofinanciamento estadual de 2021, que foi
47 realizada *live* no dia 12 (doze) de abril, em que sanaram diversas dúvidas dos municípios. Até o
48 dia 16 (dezesesseis) receberam 294 Planos de Trabalho, o que pode ser considerado um
49 sucesso. Informa que Janice deu apoio entrando em contato com municípios que não haviam
50 entregado ou que o e-mail estava incorreto. A respeito do município de Santa Terezinha,
51 informa que a técnica responsável não conseguiu enviar até o dia por questões de saúde, mas
52 encaminhou no dia 20 (vinte), que estão pedindo a aprovação deste pedido para conseguir
53 pactuar o recurso para o exercício de 2021. Diz que outro ponto que gostariam de levantar é a
54 questão da prestação de contas, a equipe técnica está fazendo a análise dos 294 Planos de
55 Trabalho. No ano passado, devido ao decreto de calamidade pública, foi liberado a prestação
56 de contas no exercício do ano de 2020, informa que o Charles, analista do setor de prestação
57 de contas está fazendo contato com municípios com problemas na prestação de contas de
58 2019, pois o decreto de calamidade não foi prorrogado, e é necessário que se entregue a
59 prestação para se estar apto a receber o recurso deste ano. Pede atenção aos municípios que
60 ainda não encaminharam, se coloca à disposição para tirar dúvidas. Maria Cláudia faz a
61 consideração de que pela mudança da gestão municipal nem todos os municípios têm o
62 mesmo gestor de 2019, desta forma solicita que Sr. Ângelo envie ao Coegemas uma relação
63 dos municípios com problemas na prestação de contas, assim o Coegemas entra em contato
64 somente com quem está precisando e pede para entrar em contato com a Secretaria. Ângelo
65 concorda. Luciane sugere a inclusão do contato do Charles. Após é projetada e lida a
66 Resolução Nº 002 de 22 de abril de 2021, então aprovada. Luciane parabeniza os municípios,
67 em que praticamente cem por cento conseguiram enviar no prazo pactuado, agradece a
68 parceria do Coegemas e da Fecam para que pudessem ter esse resultado. **Prazo de Entrega**
69 **do Plano Municipal de Assistência Social, conforme o monitoramento que trata o Art. 30**
70 **da LOAS.** Luciane passa a palavra para a Gerente de Gestão do SUAS, Letícia Braz, que
71 deseja boa tarde a todos e todas, em seguida apresenta o Plano Municipal de Assistência
72 Social (2022-2025), com o auxílio de slides, que são projetados. Ao final, informa que estarão
73 oferecendo capacitação na modalidade a distância para elaboração do Plano Municipal de
74 Assistência Social, se coloca à disposição para esclarecimentos e agradece. Luciane agradece
75 a explanação de Letícia, ressaltando o acompanhamento que o Ministério da Cidadania faz e
76 pergunta se pactuarão já o prazo para a entrega do Plano. Letícia sugere que o prazo fique o
77 mais estendido possível, de preferência para o final do ano, pois esse é o ano de elaboração do
78 documento, sabem que é um instrumental denso e trabalhoso, estão pactuando com
79 antecedência para que os municípios tenham tempo para se organizarem. Sugere que a
80 entrega seja de forma digitalizada, via Google Drive. Luciane sugere como prazo dia 30 de
81 novembro. Maria Cláudia pergunta qual o prazo para enviar para o Ministério, a Gerente de
82 gestão do SUAS, informa que ainda não saiu o prazo, estão aguardando a qualquer momento
83 uma nova portaria. Sra. Maria Cláudia agradece e parabeniza Letícia pela apresentação,
84 informa que haviam conversado na assembléia do Coegemas dia 15 (quinze) de dezembro,
85 mas considerando o tempo necessário para a Secretaria enviar até dia 31 (trinta e um) de
86 dezembro, poderiam reavaliar. Letícia concorda em 15 (quinze) de dezembro como sendo a
87 data final para a entrega dos Planos Municipais de Assistência Social e fica pactuada esta data.
88 Maria Cláudia diz que na reunião do Coegemas ficou como sugestão a primeira etapa, de

89 diagnóstico através dos dados, ser feita pelos gestores até Julho. Pede que, da mesma forma
90 como os gestores municipais têm tido um olhar diferenciado acerca da construção do plano,
91 para aprofundá-lo, que o Estado (a SDS) faça uma devolutiva dos planos para os municípios.
92 Pontua que sabem da dificuldade de recursos humanos, da dificuldade em fazer esta análise
93 de tantos planos municipais, quase 300, mas pede que pensem talvez em uma comissão, ou
94 grupo de trabalho, juntamente talvez com as universidades, associações, o Coegemas. Pois a
95 simples entrega do Plano já contempla a condição para o cofinanciamento, mas a qualidade
96 desse plano, os elementos que poderiam ser melhor trabalhados, e o Estado dado este retorno,
97 suporte e supervisão, seria fundamental. Luciane informa que irão verificar, enquanto Gestão
98 do SUAS e Diretoria de Assistência Social as possibilidades para fazer estas análises, quais
99 parceiros poderiam ajudar. Letícia concorda, e pontua que o Plano Estadual de Assistência
100 Social está vigente, este subsidia os municípios na construção de suas metas, prioridades e
101 que tem diagnósticos elaborados em que os municípios podem entrar em contato para
102 enriquecer na elaboração dos planos municipais. **5. Matéria de Discussão. Plano de**
103 **vacinação - Servidores SUAS/SC.** Luciane, Diretora de Assistência Social, abre a pauta
104 informando que, como trouxeram na última reunião, foram encaminhados ofícios pela CIB,
105 antes para o Secretário André Motta e agora a Secretária Carmen Zanotto, e passa a palavra a
106 Máira Ribeiro, Secretária Executiva da CIB. Máira informa que o ofício foi enviado em nome da
107 CIB, do Secretário e da presidente do Coegemas no dia 09 (nove) de abril de 2021 e está na
108 Secretaria de Estado da Saúde, na Gerência de Vigilância Epidemiológica, que não teve
109 retorno. Luciane sugere que façam o contato por telefone com a Secretaria de Saúde para
110 acelerar o processo, já que não houve resposta. Máira informa que foi mandado e-mail também
111 solicitando a resposta. Maria Cláudia pede que o Secretário faça contato direto com a
112 Secretária Carmen Zanotto. O Secretário Claudinei afirma que marcará uma reunião na
113 Segunda ou Terça, para participarem ele, Maria Cláudia e Janice; informa que conversou com
114 o Secretário André Motta e ele disse que não pode ser uma definição da SES, precisa partir do
115 Ministério da Saúde. Maria Cláudia diz que essas têm sido as respostas, inclusive foi uma nota
116 técnica da Secretaria de Saúde para o Congemas acerca dessa movimentação, que se
117 percebe uma falta de definição, uns dizem que há a autonomia dos municípios e do Estado.
118 Informa que alguns Estados tiveram avanços e inclusive alguns municípios do Estado
119 conseguiram vacinar os trabalhadores do SUAS, especialmente os que a Assistência Social é
120 uma diretoria dentro da Saúde. Fica definido que o Secretário Claudinei marcará uma reunião
121 com a Secretária Carmen Zanotto. Secretário Claudinei informa que conseguiu marcar reunião
122 a Secretaria de Saúde para terça-feira, dia 27 (vinte e sete), às 15h30, virtualmente. **Ofícios**
123 **INSS.** Luciane abre a pauta informando que já trataram deste assunto outras vezes na CIB, foi
124 encaminhado ofício em relação aos aplicativos da previdência que acabam muitas vezes por
125 impedir o usuário de acessar o serviço e a demanda recai sobre a Assistência Social. Informa
126 que fizeram contatos por e-mail, via ofício, tentaram articular por meio do Secretário Daniel e
127 que conseguiram contato com a Superintendência e foi marcado reunião para terça-feira, dia 27
128 (vinte e sete), às 14 horas. Após, irão fazer o repasse para os municípios. Maria Cláudia
129 agradece e diz que discutiram novamente essa pauta na reunião do Coegemas, que tiveram a
130 informação por parte do Congemas de que essa pauta já foi pauta da CIT também, e uma nova
131 informação trazida foi de que em 2017 muitos municípios assinaram um termo de cooperação
132 junto ao INSS. Então, como encaminhamento, solicita para quem participar da reunião que

133 solicite à Superintendência a relação dos municípios catarinenses que assinaram esse termo
134 de cooperação e a cópia do termo. Passa palavra para Marlete, representante da Amosc, para
135 que contextualize brevemente a situação. Marlete faz a contextualização, dizendo que a
136 situação começou com a instituição do “Meu INSS”, em agosto de 2019 os municípios
137 começaram a receber direto nos gabinetes dos prefeitos um termo de cooperação técnica entre
138 a Previdência Social e os municípios. Na época o termo foi discutido nas reuniões do
139 Coegemas, Congemas e CIT. Luciane afirma que em 2019 fizeram orientação em relação a
140 essa situação e precisam retomar. Marlete fica como representante dos municípios para o
141 repasse após a reunião com a Superintendência. **Portaria 618 de 22/03/2021, que define**
142 **procedimentos para a Ação de distribuição de alimentos (ADA) em localidades em**
143 **situação de emergência ou estado de calamidade pública.** A Diretora de Assistência
144 Social, Luciane Passos, informa ainda não têm muitas informações em relação à essa portaria.
145 Realizaram na semana passada reunião com a Defesa Civil para que pudessem, internamente,
146 junto com a Política de Segurança Alimentar da SDS, perguntar como ficaria essa questão.
147 Solicitaram apoio técnico do Governo Federal para depois estarem aptos a repassar as
148 informações concretas aos municípios. A Defesa Civil informou que eles precisariam ver essa
149 questão, se os municípios teriam que ter novos decretos de calamida, porém ainda não sabem
150 informar. Informa que a Secretaria levou também a questão da logística e metodologia, pedindo
151 informações por exemplo de qual a quantidade que os municípios podem solicitar, como viria,
152 etc. a portaria traz que seria em espécie, então como seria essa logística, a quantidade,
153 inclusive a Defesa Civil também colocou essa preocupação. Queriam enquanto Estado (Defesa
154 Civil Estadual e Secretaria de Desenvolvimento Social) trabalhar em parceria para essa
155 distribuição. Ficaram preocupados e não vislucram nenhuma possibilidade, as próprias
156 cestas da defesa civil há mais de 5 anos não são estocadas, seria melhor que fosse por meio
157 de pecúnia. Fizeram essa reunião que foi considerada produtiva dentro das condições atuais e
158 ficaram de aguardar esse decreto guarda-chuva. Informa ainda que ligou para a Secretaria
159 Nacional para saber se tinham informações para trazer na reunião, mas que a própria
160 Secretaria Nacional não tinha informações mais detalhada do Governo Federal. Afirma que eles
161 orientaram a aguardar, estão fazendo um movimento da SNAS com a Segurança Alimentar
162 para que possam ofertar para os estados apoio técnico. Sra. Vânia informa que fizeram
163 contato com a Defesa Civil, foi feita a discussão e ficaram de organizar o decreto, com a meta
164 de ser até o final do mês. Todos os municípios estão preocupados porque vão deixar de
165 atender a população, embora a portaria 618 não tenha um prazo ainda, não há como ficar
166 esperando sabendo que as pessoas estão no pior momento da pandemia, com agravamento
167 da insegurança alimentar; necessitam de rapidez no processo. O Secretário Claudinei se
168 manifesta dizendo que na semana anterior recebeu o coronel Lauro Batista Netto, Secretário
169 Adjunto da Defesa Civil, que mostrou que está construindo o decreto para até o final de este
170 mês ser publicado. Afirma que hoje voltará a conversar com ele para verificar como está a
171 elaboração deste decreto. Sra. Luciane pergunta se algum município já encaminhou a
172 documentação. Maria Cláudia responde que sim, mas não tem o levantamento de quais. Sra.
173 Janice, Presidente da Fecam, informa que colocou no chat um resumo da reunião com a
174 Defesa Civil, e que na reunião foi solicitado aos municípios que não encaminhassem
175 documentação com as situações de calamidade já presentes, que aguardassem o decreto
176 guarda-chuva. Acredita que a informação se perdeu e alguns municípios acabaram

177 encaminhando a documentação que já têm. Pedem que os municípios que ainda não
178 encaminharam para que aguardem. Luciane afirma que talvez os municípios que já
179 encaminharam terão que reencaminhar, pois a Defesa Civil pediu para aguardar, pois precisam
180 de mais informações. Maria Cláudia solicita que a SDS encaminhe formalmente uma nota
181 técnica com essa informação para o Coegemas para que possam dar publicidade a todos os
182 municípios, ou que orientem municípios a encaminhar conforme as famílias inscritas no
183 CADSuas. A portaria pede manifestação dos municípios, individualmente, não do Estado, a
184 preocupação dos gestores municipais é que essa posição de aguardar deixe o Estado
185 novamente para trás, e que Estados que estejam mais adiantados no processo recebam
186 primeiro ou um valor maior. Diz que já há o entendimento em Brasília que a região Sul tem uma
187 situação melhor e demandas menores de Assistência Social. Afirma que precisam de agilidade
188 no processo. Sra. Luciane diz que a preocupação dos gestores é legítima, porém entende que
189 como Santa Catarina nenhum outro estado recebeu orientações. Maria Cláudia pergunta se
190 houve manifestação oficial, e Luciane responde que apenas por telefone, Maria Cláudia pontua
191 que por telefone as informações se perdem por não ser algo oficial. O Secretário Claudinei
192 afirma que entrou em contato com o coronel Lauro Batista durante a presente reunião e que
193 este afirmou estarem fazendo os últimos ajustes no decreto, mas que ainda não tem data pois
194 dependem de informações de outras Secretarias. Sra. Luciane salienta que na própria portaria
195 618, no Art 9º, diz que sairão orientações posteriores, mas que podem encaminhar um
196 documento para o Ministério afirmando que têm interesse enquanto Estado e estão aguardando
197 as informações. Sra. Vânia ratifica que no estado tem 112 (cento e doze) municípios com
198 decreto reconhecido aptos a receber, pensa que estes deveriam garantir, a insegurança que
199 têm é de quanto e o que solicitar. Como é uma questão relacionada à insegurança alimentar, é
200 necessário fazer uma leitura do território e fazer um diagnóstico de quem poderia estar em
201 insegurança alimentar. O decreto estadual vem para cobrir os que não têm decreto municipal.
202 Regina, Diretora de Direitos Humanos, reforça a fala de Vânia e salienta a importância de
203 trabalhar com segurança alimentar e inclusive trazer a coordenação de segurança alimentar
204 estadual para este trabalho. Lê o parágrafo único do decreto, que fala da distribuição de
205 alimentos a grupos específicos, diz que não querem deixar grupos tradicionais fora desse
206 trabalho e é fundamental que a Segurança Alimentar esteja junto no processo, inclusive de
207 diagnóstico. **CRAI (Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante)**. Sra. Regina
208 agradece a presença de todos e dizendo que irão tocar em um ponto muito delicado que é a
209 questão migratória no Estado de Santa Catarina. Informa que houve algumas conversas com o
210 Secretário Claudinei e com Secretário Adjunto Daniel, e queria ressaltar alguns pontos que vêm
211 trabalhando, como a importância das reuniões técnicas com a Fecam, as associações de
212 municípios, juntamente estava a Diretoria de Direitos Humanos, Diretoria de Assistência Social,
213 O Ministério da Cidadania, a Polícia Federal entre outros. Informou que aconteceu uma reunião
214 com essas instituições e foi definido como o ponto principal a questão intersetorial. Percebe
215 que o trabalho precisa ser ligado, intersetorial, para avançarem nessa política. Diz que na
216 última CIB foi solicitado um posicionamento, e não tem um posicionamento pontual nesse
217 momento pois estão construindo ações em conjunto. Informa que em 28 de abril ocorrerá
218 reunião com a Coordenação Geral Nacional, que trata da questão dos imigrantes e refugiados,
219 que, segundo a Diretora de Direitos Humanos, Karina Euzébio, foi o mesmo contato feito
220 anteriormente no projeto do CRAI-SC. Afirma que estão em um momento de pesquisa,

221 levantamento e articulação. Nessa reunião farão todos os levantamentos possíveis e
222 necessários conforme as solicitações dos municípios por e-mail e também com todas as
223 demandas trazidas nas reuniões técnicas com a Fecam. Acredita que o Secretário Claudinei
224 participará da reunião. Concomitantemente, podem iniciar debate com as regiões e pontuar
225 qual o melhor formato, se porventura acontecer concretamente. Afirma que com certeza é uma
226 necessidade bem importante em relação à política migratória do Estado, verificar as
227 fragilidades existentes, não só em relação à Política de Assistência Social, mas a todas: Saúde,
228 Educação, Segurança. Acredita que na próxima reunião da CIB já podem trazer algo mais
229 concreto. Luciane agradece, salienta a importância da reunião no dia 28 para na próxima
230 reunião da CIB trazerem algo mais objetivo para os gestores municipais. Regina diz que como
231 estão trabalhando de forma integrada estarão verificando também a questão do protocolo do
232 imigrante. Sra. Maria Cláudia diz que os municípios aguardarão, salienta a importância da
233 pauta e do estudo vem sendo realizado. **Inclusão de pauta: Construções dos equipamentos
234 do SUAS com relação ao Planejamento.** Sra. Maria Cláudia, presidente do Coegemas,
235 esclarece que o ponto de pauta foi solicitado em razão da construção dos equipamentos dos
236 serviços da Política de Assistência Social, com o recurso estadual. A solicitação é que
237 divulguem os contatos atualizados da gerência responsável pela construção dos equipamentos
238 e sobre os carros. Até o momento, tem tido suporte da técnica Renata Bradacz, mas precisam
239 de alguns esclarecimentos quanto à viabilidade, pois há a demanda de alguns municípios que
240 receberam automóveis e quando o CRAS não possui garagem têm problemas em relação a
241 durabilidade. Pede uma orientação técnica sobre este caso. Por exemplo, se o equipamento já
242 foi entregue, com o CRAS já construído ou projetado, se é possível que a SDS-SC faça um
243 documento orientando, pré-autorizando ou dando autonomia ao município para que ele faça a
244 ampliação do imóvel incluindo uma garagem. Pergunta se em caso de necessidade de
245 ampliação precisa-se aguardar um período determinado para realizar melhorias na estrutura, se
246 precisa de uma autorização prévia, como se dá essas alterações estruturais nos equipamentos
247 construídos e entregues pelo Estado.. Secretário Claudinei informa que a construção não pode
248 ser alterada por prazo de 5 (cinco) anos, pois perde a garantia da obra. Como encaminhamento
249 o Secretário Claudinei irá solicitar à Gepla para fazer um ofício informativo para encaminhar
250 aos municípios. **Encerramento.** Maíra passa a palavra para a presidenta do Coegemas para
251 suas considerações finais. Sra Maria Cláudia agradece a mobilização e parceria da SDS-SC,
252 que tem demonstrado respeito pelos gestores municipais, técnicos, pelo movimento
253 municipalista, atendendo aos pleitos. Estão felizes de ter chegado à marca histórica de cem por
254 cento dos municípios entregando o Plano de Trabalho em relação ao cofinanciamento estadual,
255 resultado de integração entre todos os atores envolvidos, parabeniza a todos. Conclama a
256 todos para que tenham a mesma mobilização e parceria estratégica em relação ao Plano de
257 Vacinação, que tem sido a maior cobrança dos gestores e técnicos. Agradece ao Secretário
258 Claudinei e ao Secretário Daniel pela parceria amistosa com o Coegemas e os trabalhadores
259 do SUAS. O Secretário Claudinei faz suas considerações finais e parabeniza também o marco
260 de cem por cento dos municípios entregarem o Plano de Trabalho. Agradece a Fecam e ao
261 Coegemas, diz que a equipe está a disposição, lembra que nada acontece se não for por muito
262 trabalho, que têm na sede do Estado uma equipe eficiente, que trabalha sempre em conjunto
263 com os municípios. Agradece a participação de todos. Nada mais havendo a tratar, eu Maíra

264 Ribeiro Melo – Secretária Executiva da CIBSC, lavrei a presente Ata, cuja gravação encontra-
265 se nos arquivos da Secretaria Executiva da CIB-AS-SC.